

## **I Encontro de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Justiça Ambiental, Saúde Ambiental, Economia Solidária, Soberania Alimentar e Feminismo**

### **Termo de Referência do Diálogo Temático<sup>1</sup> Reforma agrária, direitos territoriais e justiça ambiental**

#### **1. Contextualização**

Em 2010, foram registrados no Brasil, 853 conflitos de terra, envolvendo 351.935 pessoas<sup>2</sup>. Em mais de 96% dos casos, participam os segmentos históricos do bloco de poder dominante, representado pelos fazendeiros, grileiros, madeireiros, que agora se identificam como empresários. Cresceram também os conflitos em torno do negócio da mineração, representando hoje quase 25% das exportações no Brasil, que quadruplicou nos últimos 15 anos, saindo de 10 para quase 40 bilhões de dólares por ano.<sup>3</sup> Houve ainda um aumento de conflitos pela água, tanto relacionados ao uso e preservação, a barragens, a açudes e à apropriação particular. No total foram 87 conflitos envolvendo 197.210 pessoas.<sup>4</sup>

Para identificarmos melhor as dinâmicas sociopolíticas nos conflitos, seguimos a reflexão do professor Porto Gonçalves que nos diz: das 604 ocorrências no campo, nas quais foi possível identificar as categorias sociais que sofreram ações violentas, em 346 estiveram envolvidas populações que fazem uso tradicional das condições naturais de existência (terra, mar, rios, lagos, florestas, mangues e campos) que podem ser agrupados na categoria de populações tradicionais.<sup>5</sup>

Essas populações lutam para assegurar os seus meios de vida nos territórios que tem o significado da terra de trabalho, da morada, dos símbolos e dos rituais. São conflitos nos quais muitas vezes essas populações rompem a sua invisibilidade e afirmam suas identidades e expressam elementos de sua consciência ecológica. São conflitos sociais no campo que têm uma dimensão cultural, identitária e étnica, como diz o antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida.

---

<sup>1</sup> A proposta deste Termo de Referência foi debatida em reunião da comissão de animação e pessoas convidadas nos dias 11 e 12 de julho de 2011. Participaram da reunião: Andressa (Justiça Global); Barbosa (Articulação no Semi-Árido – ASA Brasil/ANA); Carlos Dayrell (Centro de Agricultura Alternativa do norte de MG/ANA); Delzi (FBSSAN); Fernando (Terra de Direitos); Denis (Secretaria Executiva da ANA); Helena (Secretaria Executiva da RBJA); João (FASE ES e Articulação de agroecologia do Espírito Santo); Julianna (FASE/RBJA); BJA); Marijane Lisboa (RBJA e Relatora do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma DHESCA); Marcelo Calazans (Rede Alerta contra o Deserto Verde); Nívia (MST); Gladstone (assessor do Relator do Direito Humano à Alimentação e à Terra da Plataforma DHESCA); Tânia Pacheco (Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil). Maria Emília (ANA/comissão organizadora do Encontro de Diálogos) que finalizou e formatou a proposta.

<sup>2</sup> Cf. *Quadro dos conflitos* in “Conflitos no Campo do Brasil 2010”, Goiânia, CPT, 2011. Pag.15

<sup>3</sup> Cf. “*Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades*”. Bossi, Dário; Chammas, Bruno Milanez e Carneiro, Marcelo Sampaio in op. cit.

<sup>4</sup> Cf. “*Conflitos e violência: quando o econômico monopoliza o valor da água*” - Roberto Malvezzi e Antonio Canuto in op. cit.

<sup>5</sup> Cf. “*A contra-reforma agrária na lei e na marra*” - Carlos Walter Porto Gonçalves e Paulo Roberto R. Alentejano, in op. cit, pag. 107 e seguintes.

A pressão sobre as populações que ocupam tradicionalmente áreas de florestas, ribeirinhas e litorâneas, como os mangues, populações sem terra e camponeses vem se acentuando. Ao mesmo tempo, permanecem as lutas pela desapropriação de terras e organização dos assentamentos rurais, embora registre-se uma queda de 3% nas ocupações de terra, em 2010<sup>6</sup>.

Contatamos que esses vários processos expressam as diferentes faces do modelo: a expansão das monoculturas, os projetos de hidrelétricas, mineração, que expulsam populações e provocam a degradação ambiental e incorporam áreas para produção de combustíveis, reduzindo a produção de alimentos; processos de redefinição de áreas de proteção ambiental de uso integral, ameaçando a reprodução social de muitas populações tradicionais; defesa da flexibilização da legislação ambiental como expressa na proposta ruralista de mudança do código florestal.

A intensificação da desterritorialização no país, coloca-nos face à necessidade de repensar a questão agrária. Podemos articular os vários sentidos dos conflitos e as lutas dos sujeitos políticos, em interação com os princípios da justiça ambiental, dentre os quais destacamos:

- a) os recursos ambientais como bens coletivos, para o presente e para o futuro, cujos modos de apropriação e gestão devem ser objeto de debate público e de controle social;
- b) os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção ambiental equânime contra a discriminação sócio-territorial e a desigualdade ambiental;
- c) a valorização das diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição que grupos indígenas, comunidades tradicionais, agroextrativistas e agricultores familiares dão à conservação dos ecossistemas.

## **2. Eixos do debate:**

- Processos de desterritorialização –avanço das monoculturas, grandes empreendimentos (hidrelétricas, mineração, petroquímica) e mecanismos de mercantilização da natureza e as lutas dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pelos territórios, direitos identitários, culturais e tradições. Os impactos sobre a segurança alimentar.
- Lutas por desapropriação de terras e formas de ocupação e uso das terras nos assentamentos rurais; propostas de inovadoras de planos sustentáveis de assentamento e promoção da agroecologia;
- Direitos territoriais, legislação ambiental, gestão e uso coletivo dos territórios para a promoção da agroecologia e garantia da soberania alimentar
- Desafios relacionados ao marco legal (ameaças, retrocessos, lacunas, estratégias de redefinição do marco legal a partir das lutas)

---

<sup>6</sup> Cf. Conflitos no Campo Brasil -2010, op. cit.

- Reconhecimento e proteção da diversidade dos patrimônios culturais expressos nas várias formas de gestão e uso dos bens da natureza, economias locais e agroecologia

### 3. Objetivos:

- Atualizar o debate sobre os vários sentidos e dimensões da luta pela terra e território no contexto de hegemonia do agronegócio e de grandes obras, flexibilização da legislação ambiental e ameaças no campo legislativo.
- Identificar nas manifestações dos conflitos agrários das experiências, as formas de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento vigente e as alternativas que são construídas na luta por direitos identitários, justiça social e ambiental e na promoção da agroecologia e da soberania alimentar.
- Identificar e construir convergências, estratégias de articulações entre as lutas e ações nos territórios e no âmbito nacional.

### 4. Metodologia:

O ponto de partida é a apresentação das experiências convidadas:

- Campanha contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.** Será apresentada por Antonia Melo da Silva do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Aliança em Defesa dos Rios da Amazônia, Fórum da Amazônia Oriental e Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

A polêmica em torno da construção da usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, em sua parte paraense, já dura mais de 20 anos. Entre muitas idas e vindas, a hidrelétrica de Belo Monte, hoje considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, vem sendo alvo de intensos debates na região, desde 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) intensificando-se a partir de fevereiro de 2010, quando o MMA concedeu a licença ambiental prévia para sua construção.

Os movimentos sociais e as lideranças indígenas da região são contrários à obra porque consideram que os impactos socioambientais não estão suficientemente dimensionados e por mais alguns outros motivos:

- **A UHE Belo Monte é uma obra faraônica que gera pouca energia.** A quantidade de matéria a ser utilizada na construção de canais é comparável ao canal do Panamá. O projeto geraria apenas 39% dos 11.181 MW de potência divulgados, devido à grande variação da vazão do rio.
- **Impactos irreversíveis na fauna, na flora e na biodiversidade da região são Destacados** pelos especialistas que analisaram o Estudo de Impacto Ambiental.
- **A sobrevivência dos 24 grupos indígenas que dependem do rio Xingu** estará em risco com a extinção ou diminuição intensa das espécies de peixe – seu principal alimento.
- **O MME, o IBAMA e o governo federal violaram direitos humanos** ao não realizarem as Oitavas (consultas) Indígenas, obrigatórias pela legislação brasileira e pela Convenção 169 da OIT, que garantem aos indígenas o direito de

serem informados sobre os impactos da obra e de terem sua opinião ouvida e respeitada.

- **A enorme imigração de trabalhadores atraídos pela obra**, subestimada pelas empresas, em torno de 100 mil pessoas, aumentará a pressão sobre as terras indígenas e áreas protegidas e haverá desmatamento e ocupação desordenada do território.
- **A Licença Prévia foi emitida pela presidência do IBAMA apesar do parecer contrário dos técnicos do órgão**. Alguns técnicos pediram demissão, outros se afastaram do licenciamento e outros ainda assinaram um parecer contrário à liberação das licenças para a construção da usina.
- **As medidas condicionantes alardeadas pelo Ministério do Meio Ambiente** não apenas não compensam os danos irreversíveis que a usina imporá ao rio e às populações, como não representam nenhuma garantia legal de que o empreendedor irá se responsabilizar pelos danos causados.
- **O processo de licenciamento está sendo antidemocrático**: as audiências públicas não tiveram condições para participação popular, especialmente das populações tradicionais e indígenas, as mais afetadas.
- **Os impactos de Belo Monte são muito maiores do que aqueles estimados e**, em muitos aspectos, irreversíveis e não passíveis de serem compensados pelos programas e medidas condicionantes propostas.
- **Hidrelétricas não são energia limpa**: elas emitem metano, um gás de efeito estufa com 25 vezes mais impacto sobre o aquecimento global do que o gás carbônico, de acordo com o Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC).
- **As empresas interessadas na construção - Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht, Vale, Votorantim, GDF Suez e Alcoa** - querem aumentar a tarifa a ser cobrada pela energia produzida. O BNDES e Fundos de Pensão estatais pretendem entrar com créditos e investimentos – ou seja, no fim das contas, quem pagará por esta obra absurda seremos todos nós!

Pautar o histórico desse conflito no Encontro de Diálogos e Convergências significa também visibilizar e fortalecer as resistências construídas no caminho. A luta por seus territórios, os protestos e mobilizações realizados, os contrapareceres, cartas e demais documentos elaborados e as estratégias de comunicação e de articulação em redes locais, regionais, nacionais e internacionais estabelecidas são de enorme significado político. Indicam as reivindicações que os movimentos e os povos da Volta Grande do Xingu lançam de que, no lugar da construção dessa grande represa, seja priorizada a consolidação do projeto de agricultura familiar nessa região, iniciado nos anos 1970, através do ordenamento fundiário e ambiental, da infra-estrutura para os assentamentos, da recomposição do passivo ambiental, da melhoria da qualidade de vida dos moradores das áreas rurais e urbanas, assim como a implementação das Reservas Extrativistas.

- b) Dossiê dos Impactos da Vale (Justiça nos Trilhos)**. Será apresentada por Federico Veronesi – Justiça nos Trilhos e Sandra Araújo dos Santos - Irmãs de Notre Dame de Namur, Comitê Padre Josino e Justiça nos Trilhos.

Maior produtora mundial de minério de ferro e segunda no mundo quanto ao níquel, a Vale do Rio Doce extrai e vende muitos outros minérios, além de escoar outros

preciosos recursos da natureza. Possui um *poderoso sistema de logística, pelo qual comercia com dezenas de países no mundo*. “*Segunda maior mineradora do mundo, uma das 30 maiores companhias públicas negociadas no mundo e a maior empresa privada na América Latina*”. É assim que a própria Vale se apresenta. Um gigante, que pisa porém em cima dos direitos e da vida de pequenas comunidades e territórios no mundo inteiro.

Os impactos das operações da Vale são violentos: utiliza 1,2 bilhões de metros cúbicos de água por ano, correspondentes ao consumo médio de água de 18 milhões de pessoas. Em 2009 despejou em rios e mares 114 milhões de metros cúbicos de efluentes industriais e oleosos: é o mesmo volume da água que o rio Amazonas despeja no mar em 12 minutos!

Acrescenta-se ainda a poluição do solo e do ar, bem como o impacto do inteiro ciclo de siderurgia que no Brasil deve-se à instalação dos programas de mineração. Somente no corredor de Carajás, as empresas siderúrgicas estão queimando a cada ano 3 milhões de toneladas de carvão, correspondente a 550mil hectares de floresta amazônica que por décadas foi sacrificada ao preço do desenvolvimento.

Dizem que mineração traz desenvolvimento e riqueza. Mas, o que a apresentação buscará compartilhar com os participantes do Encontro de Diálogos e Convergências é que não é para todos e nem por muito tempo. De fato, a mineração é uma atividade insustentável, uma vez que depende da extração de recursos naturais não-renováveis. O “trem do progresso e do desenvolvimento” corre através das regiões brasileiras deixando um rastro de conseqüências negativas e contradições.

Ainda que haja uma moderna infraestrutura em favor de novas atividades industriais, tem prevalecido nas regiões em que opera a empresa a concentração de renda, das terras, e avançado o processo de exclusão social, considerando o baixo retorno econômico para o país e fundamentalmente para as populações locais. Sob a falsa imagem do progresso desenvolvimentista, opera-se o saque dos recursos em favor de interesses privados e estrangeiros, sustentando a ânsia das nações hegemônicas governadas pelas leis de mercado às custas da destruição do Estado e da aniquilação do povo brasileiro.

Em alternativa a esse gigante multinacional, pequenas experiências alternativas estão se desenvolvendo desde a base: cursos e iniciativas de agroecologia, ligadas à produção familiar nos assentamentos; experiências de comercialização local campo-cidade; projetos de reciclagem e pequenas produções alternativas dentro da cidade.

Nesse contexto de disputa, o enfrentamento se dá em diversas direções:

- Estudo e pesquisa (levantamento de dados sobre impacto ambiental da ferrovia, documentação dos danos provocados às pessoas e ao solo, leis ambientais e parcerias da Vale com os municípios atravessados pela ferrovia, comparação de situação na região do Carajás com outras similares no Brasil e no exterior, análise dos dados econômicos/contábeis da Vale etc.);
- Conscientização e mobilização das pessoas (realização de seminários, produção de materiais de divulgação - pequenos documentários, cartilhas, página na internet, encontros de formação etc.);

- Fortalecimento da rede de ação, envolvendo os grupos e movimentos interessados, tanto em nível nacional como internacional.

E é justamente visando este enfrentamento e o reconhecimento de processos de luta bem sucedidos que, por meio da articulação brasileira em torno da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, nos casos nacionais, e de outras redes internacionais, foram mapeados os principais empreendimentos da Vale e os respectivos grupos envolvidos nas lutas contra a empresa e construído o Dossiê de impactos e violações pela Vale no mundo.

Ele pretende ser um documento de registro das estratégias que a empresa utiliza quando inicia sua exploração num determinado território, do ponto de vista das comunidades, dos trabalhadores e das organizações da sociedade civil que lidam com a defesa de direitos humanos e do meio ambiente.

- c) Experiencia de resistência produtiva nos territórios quilombolas do Sapê do Norte, Espírito Santo.** Será apresentada por João (FASE) e Getúlio (comunidade de Angelim).

A chegada da Aracruz Celulose (hoje Fibria), nos anos 70, provocou um radical processo de desterritorialização das comunidades quilombolas do Sapê do Norte do Norte do Espírito Santo. A substituição da Mata Atlântica pela monocultura do eucalipto atingiu profundamente as condições de sobrevivência as 3 comunidades, secando rios e córregos, extinguindo a caça, a pesca e o extrativismo, diminuindo as áreas de plantios de mandioca e alimentos, afetando a segurança alimentar nas comunidades. Das 12 mil famílias, apenas 1.200 permanecem no território. A violação de seus direitos territoriais segue sem justiça social e ambiental.

Enquanto os processos administrativos de regularização territorial estão estacionados no Incra, ou questionado na justiça pela Aracruz Fibria ou por seus parceiros, ruralistas do movimento Paz no Campo, os quilombolas do Sapê do Norte experimentam processos de retomadas e conquistas de seus territórios ancestrais, através de ocupações de áreas pós corte de eucalipto. No caso da retomada em Angelim Santa Clara, onde se interditou o replantio de eucalipto da empresa por sobre a antiga lagoa do Murici, construiu-se comunitariamente uma área livre de eucalipto e de agrotóxicos. Há um experimento de reconversão da área com plantios de mudas de Mata Atlântica e alimentos em uma área ocupada pela monocultura do eucalipto durante 40 anos.

- d) Assentamentos rurais na região de Ribeirão Preto, São Paulo.** Será apresentada por Elenito Hemes e Patrícia Jóia.

São três ações estruturadoras das propostas nos assentamentos do MST em Ribeirão Preto, no estado de S.Paulo: cooperação, promoção da agroecologia e construção da hegemonia nos territórios.

O assentamento Sepé Tiaraju, na região canavieira de Ribeirão Preto, S.Paulo, entre os municípios de Serrana e Serra Azul, é o primeiro assentamento na região fruto da falência de uma usina – Usina Nova União – com um processo de luta de 4 anos de resistência, sob forte pressão do capital agroindustrial.

Foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Sustentável, como forma de institucionalizar a cooperação e desenvolver a consciência ambiental, através de cessão de uso coletivo da terra, propostas de manejo do solo de forma sustentável e de manutenção e recomposição da vegetação nativa. A proposta foi configurando-se como primeiro assentamento ecológico do estado de São Paulo. Em 2004 ocorreu a regularização. A partir de 2005, iniciou-se o processo de construção coletiva do conhecimento agroecológico no assentamento, tendo como foco o desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs), com o apoio do grupo Agroecologia da Embrapa Meio Ambiente.

Na apresentação da cada experiência serão abordados conteúdos como:

- Localização dos conflitos e causas dos processos de desterritorialização;
- Atores sociais envolvidos: tipo de conflitos e expressão da violação do direito à terra e território e ao direito humano à alimentação; participação das mulheres;
- Estratégias de luta e de comunicação: mobilizações, tipos de alianças (com outros setores da sociedade, com a academia, no plano nacional e internacional), a importância de instrumentos como os contrainformes e mapeamento dos conflitos.
- Conquistas do acesso à terra e direitos territoriais: propostas no campo da produção, comercialização, interação com outros setores da sociedade e a afirmação da promoção da agroecologia como resistência e alternativa.

Após as apresentações e esclarecimentos, haverá um estímulo ao debate feito por Sergio Sauer e Maria Emília Pacheco, com a apresentação das principais questões políticas suscitadas pelas experiências; identificação de pontos convergências e reflexões sobre os pontos estruturadores do debate.

A última parte do seminário será dedicada ao debate em cochicho e plenária.

A coordenação será feita por: Nívia (MST e Barbosa (ASA)

Haverá uma relatoria, a cargo de Gladstone (assessor da Relatoria do Direito à Terra e Alimentação da Plataforma DHESCA) e Luana Dias Motta, (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais-GESTA/MG e RBJA) que sistematizarão os debates para serem incorporados ao documento político do Encontro.

## **5. Programação**

8:00 às 8:30 – Apresentação dos(as) participantes e apresentação da proposta do diálogo temático;

8:30 às 9:30- Apresentação da experiência Campanha contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, (30 minutos) seguida de esclarecimentos (30 minutos).

9:30 às 10:30 – Apresentação da experiência Dossiê dos Impactos da Vale (Justiça nos Trilhos), (30 minutos), seguida de esclarecimentos (30 minutos).

10:30 às 10:45 – intervalo

10:45 às 11:45 – Lutas nos Territórios quilombolas do Sapê do Norte, Espírito Santo, ( 30 minutos) seguida de esclarecimentos (30 minutos).

11:00 às 14:00 – Almoço

14:00 às 15:00 – Apresentação da experiência nos Assentamentos rurais na região de Ribeirão Preto, São Paulo, ( 30 minutos), seguida de esclarecimentos ( 30 minutos).

15:00 às 15:30 – Falas de estímulo ao debate a partir das experiências apresentadas: Sérgio Sauer e Maria Emília Lisboa Pacheco ( 15 minutos cada)

15:30 às 16:30 – Cochicho: identificar e construir convergências, estratégias de articulações entre as lutas e ações nos territórios e no âmbito nacional.

16:30 às 17:30- Debate em plenária

17:30 às 18:00 - Apresentação para a plenária de alguns pontos de síntese, propostas e questões para o documento final do Encontro.